

EUA: um trunfo para o Brasil.

Ações secretas do governo americano ajudam na questão da nossa dívida

Os integrantes do comitê de agências federais de regulamentação bancárias dos Estados Unidos iniciaram segunda-feira uma série de reuniões secretas para tratar da exigência a ser apresentada aos bancos comerciais norte-americanos para que desqualifiquem uma parte dos US\$ 22,4 bilhões que lhes são devidos pelo Brasil.

Se eles decidirem que uma parte da dívida vale menos do que o seu valor nominal, os bancos terão de fazer uma reserva especial para cobrir o que se transformou em "maus empréstimos". Tal decisão, que iria além das reservas gerais que os bancos mantêm para se proteger contra potenciais prejuízos na devolução de empréstimos, causaria uma redução nos lucros bancários justamente numa época de grande fragilidade nos mercados financeiros.

Esta também seria a primeira vez que o governo declararia oficialmente que empréstimos concedidos a um dos principais países devedores valem menos do que o seu valor nominal, ou que estão "com o valor depreciado", no jargão bancário. Já foram tomadas decisões semelhantes no passado em relação a países menores como Polônia, Zaire e Nicarágua.

No total, os países latino-americanos devem aos seus credores públicos e privados um total de quase US\$ 400 bilhões. No entanto, especialistas disseram que os agentes federais, temendo a possibilidade de injetar uma dose maior ainda de incerteza nos tumultuados mercados financeiros, provavelmente irão preferir fazer tudo o que lhes for possível para evitar essa desqualificação.

"Isto estabelecerá um precedente tremendo, se o débito de um dos principais países for classificado como de valor depreciado, justamente num momento em que existem peixes bem maiores no tanque", disse Christine Bindert, vice-presidente sênior da Shearson Lehman Bros. "Isto não é uma coisa de que o mercado esteja necessitando neste exato momento. Nós realmente

não estamos precisando de mais uma notícia desagradável."

Pelo lado brasileiro, os negociadores deram a entender, tanto aqui quanto no Brasil, que estão conscientes de que podem usar a baixa de preços no mercado norte-americano de ações em vantagem própria. Se os agentes federais não exigirem uma desqualificação de uma parte dos empréstimos brasileiros, outros países devedores, como o México e a Argentina, poderão tornar-se céticos em relação às frequentes advertências dos bancos quanto aos perigos de desqualificação das dívidas, quando os pagamentos não são realizados dentro dos prazos previstos.

"Eu realmente acredito que seria uma pena se o nosso governo deixasse passar isto em brancas nuvens", disse uma fonte ligada aos bancos. "Isto representaria uma ameaça oca e sem sentido para os demais países. Eu acredito que todos nós estamos apenas aguardando os desenvolvimentos e roendo as unhas de tanto nervosismo."

O Brasil suspendeu os pagamentos referentes ao serviço de sua dívida comercial de US\$ 67 bilhões no último dia 20 de fevereiro, mas nos dois últimos meses o país iniciou negociações com a finalidade de chegar a uma retomada dos pagamentos. Neste meio tempo, o acúmulo de juros atrasados fez com que o Brasil se tornasse o maior país devedor do Terceiro Mundo, devendo um total de US\$ 111 bilhões. O México, que ocupava antes a primeira posição, está atualmente em segundo lugar com uma dívida de aproximadamente US\$ 108 bilhões.

Pagamento simbólico

Mais recentemente, os negociadores brasileiros disseram a banqueiros e funcionários do governo norte-americano que poderão fazer um pagamento simbólico ou algum outro gesto para induzir os agentes federais a postergarem a decisão de des-

qualificação. Esta é exigida por uma lei de 1933, que autoriza um comitê formado por três agências — a Reserva Federal, o Comptroller of the Currency e a Federal Deposit Insurance Corp. — a avaliar o risco de crédito de um determinado país em condições normais.

Apesar de os resultados das reuniões desse comitê não se tornarem públicos por vários dias, os analistas dizem que o colapso do mercado de ações torna provável que os agentes irão tentar contornar as regras que exigem que a dívida de um país seja reclassificada, desde que ele se enquadre em determinadas condições. O Brasil já preencheu a maior parte destas condições, que incluem um atraso nos pagamentos dos juros durante seis meses e a recusa de cooperar com reformas econômicas impostas pelo Fundo Monetário Internacional. Na semana passada, o principal negociador da dívida brasileira, Fernão Bracher, reuniu-se com o presidente da diretoria da Reserva Federal, Alan Greenspan e com o secretário-assistente do Tesouro, David C. Mulford, elisando que o seu país estudaria a realização de um pagamento simbólico dos juros, que seriam depositados no BIS (Banco de Compensações Internacionais), sediado na Siga.

Em princípios deste ano, os grandes bancos realizaram consideráveis acréscimos às suas reservas gerais com a finalidade de cobrir empréstimos potencialmente ruins concedidos a países do Terceiro Mundo. Os acréscimos às reservas foram subtraídos dos rendimentos dos bancos, o que os levou a registrar um prejuízo superior a US\$ 10 bilhões no segundo trimestre deste ano. Os acréscimos ao fundo especial e reservas provavelmente serão menores, equivalendo a 10 a 15% da dívida brasileira aos bancos, mas também provocariam uma redução nos lucros.

**Anne Swardson,
do The Washington Post.**